

Regulação avaliativa da pós-graduação *stricto sensu*: Reflexões com base no poder disciplinar e na dominação ideológica

Robson Gomes André¹
Ana Paula Medeiros Bauer²

Resumo

Este estudo é um ensaio teórico que surge diante das mudanças que ocorreram nas últimas décadas nas práticas e saberes acadêmicos promovidas por meio do sistema de avaliação implementado pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Visando contribuir com uma reflexão sobre a política de produção do conhecimento presente nas Instituições de Ensino Superior, o objetivo do estudo é refletir sobre a atual regulação avaliativa da pós-graduação *stricto sensu* sob a ótica do poder disciplinar de Foucault (1987) e dominação ideológica de Pagès et al. (1990). A fim de desenvolver esta análise, estruturou-se um referencial que aborda a regulação na pós-graduação *stricto sensu* e seus impactos na academia e o poder e a dominação ideológica na produção do saber científico. Por fim, busca-se perceber a relação da regulação com o exercício de poder e a dominação ideológica na academia. Concluiu-se que, atualmente, a lógica produtivista inserida pela regulação exerce um poder disciplinar e uma dominação ideológica sobre os professores/pesquisadores, assim como é possível notar a presença da mediação no campo. Nesse aspecto, parece ser possível afirmar que o modelo de regulação dos programas inseriu na academia uma grande preocupação com a produção científica, que se assemelha a lógica industrial.

Palavras-chave: Produtivismo Acadêmico; Poder Disciplinar; Dominação Ideológica.

Abstract

This study is a theoretical essay that arises in the face of the changes that occurred in the last decades in the academic practices and knowledge promoted through the evaluation system implemented by the CAPES to the *stricto sensu* graduate programs. Aiming to contribute to a reflection on the politics of knowledge production present in Higher Education Institutions, the objective of the study is to reflect on the current evaluative regulation of the *stricto sensu* post-graduation from the point of view of Foucault (1987) disciplinary power and ideological domination de Pagès et al. (1990). In order to develop this analysis, a framework has been structured that addresses the

¹ Mestre em Administração pela UNIGRANRIO e servidor da Fiocruz. E-mail: robsongandre44@gmail.com

² Doutoranda do PPGA/UNIGRANRIO

regulation in the *stricto sensu* postgraduate and its impacts on academia and the power and ideological domination in the production of scientific knowledge. Finally, we seek to understand the relationship between regulation and the exercise of power and ideological domination in academia. It was concluded that currently the productivist logic inserted by the regulation, exerts a disciplinary power and an ideological domination on the professors / investigators, just as it is possible to notice the presence of the mediation in the field. In this aspect, it seems possible to affirm that the model of regulation of the programs inserted in the academy a great concern with the scientific production, which resembles the industrial logic.

Keywords: Academic Productivism; Disciplinary Power; Ideological Domination.

1. Introdução

A avaliação de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a avaliação da qualidade de produção acadêmica dos pesquisadores, sofreram mudanças nas últimas décadas. No Brasil, a chegada do produtivismo acadêmico remete ao final dos anos 1970 e, de forma legitimada, aos anos 1990 (GODOI; XAVIER, 2012). O produtivismo, segundo Alcadipani (2011a, p.1), é considerado uma “ênfase exacerbada na produção de uma grande quantidade de algo que possui pouca substância, com pouco conteúdo e consequente valorização da quantidade como se fosse qualidade”.

Nesse sentido, a preocupação com a produção acadêmica se tornou mais forte, e somente o ensino de qualidade não garante a permanência na área. A exigência de produção dos pesquisadores é feita por diversos atores – outros professores, instituição, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) etc. –, e eles precisam provar a sua capacidade para continuarem em programas de pós-graduação. Para alguns autores, a qualidade do ensino é representada pelo sistema que atenda às requisições do mundo produtivo, tendo assim a competitividade em suas relações (CUNHA, 2006).

Nesse tipo de organização, o processo de controle e poder parecem ser sutis e interiorizados pelos indivíduos de maneira tal que eles não percebem,

ou caso percebam, não conseguem provocar mudança, e assim naturalizam a lógica produtivista que adentrou a área acadêmica. De acordo com Pagès et al. (1990), as organizações hipermodernas exercem o poder através das práticas de mediação, entre as restrições e recompensas, extremamente sutis e impessoais, que se tornam imperceptíveis aos envolvidos. Para Foucault (1987), o poder disciplinar é o responsável por fazer com que a subjetividade do indivíduo seja domesticada com o intuito de produzir corpos dóceis e úteis.

Em vista às mudanças na avaliação da produção científica ao longo dos anos e à demanda de produtividade para o pesquisador, professor de programa de pós-graduação, bem como o processo de naturalização na vida dos pesquisadores desta cultura de produção, surge a seguinte indagação: esta forma de avaliar e exigir a produção pode ser considerada um tipo de exercício do poder e dominação ideológica, na qual o indivíduo é dominado de maneira sutil para fazer aquilo que o dominante deseja? Seria esta qualificação (classificação) dos trabalhos um meio de determinar e dominar o que é aceito no meio acadêmico e o que é produzido pelos pesquisadores?

Dessa forma, o objetivo do presente ensaio teórico é refletir sobre a atual regulação avaliativa da pós-graduação *stricto sensu* sob a ótica do poder disciplinar de Foucault (1987) e dominação ideológica de Pagès et al. (1990). O ensaio, além das partes introdutórias e conclusivas, contém a contextualização dos processos de avaliação a que os programas de pós-graduação *stricto sensu* do país estão submetidos e seus impactos na academia, a exposição dos conceitos mencionados, e por fim, busca-se perceber a relação da regulação com o exercício de poder e a dominação ideológica na academia.

2. A regulação na pós-graduação *stricto sensu* e seus impactos na academia

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil são regulados pela CAPES. Ela é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), que desde 1981, por meio do Decreto nº 86.791, foi reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, além de

possuir o caráter de Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura, que lhe concede as tarefas de “avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior” (CAPES, 2017). De uma maneira mais ampla, as atividades da CAPES são: “avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância” (CAPES, 2017).

A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* foi criada em 1976, que visa, além de acompanhar anualmente os programas, submetê-los a uma avaliação periódica (CAPES, 2015). Hoje, as avaliações ocorrem a cada quatro anos, e segundo a CAPES, os resultados das avaliações devem permitir que os seguintes objetivos sejam alcançados: “contribuir para a garantia da qualidade da pós-graduação brasileira que se efetiva na identificação dos programas que atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso”; “retratar a situação da pós-graduação brasileira no quadriênio de forma clara e efetiva”; “contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área em particular e da pós-graduação brasileira em geral ao fornecer”; e “fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG” (Portaria nº 59/2017 – CAPES).

Mas, para Sguissardi (2006, p. 76), o modelo adotado pela CAPES “se caracteriza muito mais como um conjunto de procedimentos e de ações de regulação e controle para acreditação ou garantia pública de qualidade no interesse do Estado e também da sociedade”, do que propriamente “um modelo típico de avaliação, no caso entendida como avaliação educativa ou diagnóstico-formativa”. Por isso, para Sguissardi (2006), o papel da CAPES equivale ao de qualquer outra agência reguladora no país. Indo além, o autor entende que a educação possui o princípio mais marcante do capitalismo, “a competitividade da economia”, que pode ser observada nas universidades e nos produtos oferecidos por elas, como as pós-graduações *stricto sensu* (SGUISSARDI, 2006, p. 68). Dessa forma, o Estado se afasta da “manutenção

da educação superior”, mas “ao mesmo tempo aumenta o poder de regulação e controle”, dando a um único órgão, a CAPES, poderes absolutos no campo das pós-graduações *stricto sensu* (SGUISSARDI, 2006, p. 68).

A CAPES avalia a proposta do programa, o corpo docente, o corpo discente e os trabalhos de conclusão, a produção intelectual e a inserção social (Portaria nº 59/2017 – CAPES). No que tange aos programas acadêmicos, são avaliados: a proposta, verificando a “coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular”; o “planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro”; e a “infraestrutura”. No corpo docente, são avaliados: o perfil dos professores, englobando a “titulação”, a “diversificação na origem de formação”, o “aprimoramento e experiência” e a sua “compatibilidade e adequação à proposta do programa”; a “adequação e dedicação dos docentes”; a “distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa”; e a “contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação”, quando vinculado à graduação. No corpo discente, são avaliadas: a “quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação”; a “distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa”; a “qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação”; e a “eficiência do programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados” (Portaria nº 59/2017 – CAPES).

Na produção intelectual dos programas acadêmicos, são avaliadas: as “publicações qualificadas do programa por docente”; a “distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente”; a “produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes”; e a “produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente”. Na inserção social, são avaliadas: a “inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa”; a “integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do

programa”; e a “visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação” (Portaria nº 59/2017 – CAPES).

Todos os quesitos/itens considerados nas avaliações têm um peso que, depois de calculados, geram uma nota final, que vai definir se o programa pode ou não continuar funcionando, assim como se ele pode ser considerado “regular”, “bom” ou “muito bom” (Portaria nº 59/2017 – CAPES). Contudo, é importante ressaltar que o regulamento discorre que a nota de 1 a 5 são atribuídas aos programas de mestrado e de 1 a 7 para os de doutorado. Ele é cancelado quando recebe a nota 1 ou 2, e não pode mais oferecer cursos de mestrado e/ou doutorado. Por outro lado, a nota 3 significa que o programa teve um desempenho considerado “regular”, a nota 4 equivale a um desempenho “bom”, a nota 5 é a mais alta para os programas de mestrado, que corresponde a um desempenho “muito bom”, e por fim, as notas 6 e 7 somente são dadas para os programas de doutorado, e correspondem a um desempenho alto no padrão internacional (CAPES, 2015). Há ainda o Qualis, sistema implantado desde 1998, utilizado pela CAPES (FRIGERI; MONTEIRO, 2014), que corresponde a um sistema eletrônico que visa qualificar a produção científica realizada pelos professores da pós-graduação *stricto sensu* (NASCIMENTO; SALVÁ, 2013). O sistema foi utilizado pela primeira vez na avaliação do triênio 1998-2000 (CAMPOS, 2010), mas as classificações dos periódicos mudaram ao longo das avaliações, e hoje ele busca analisar os periódicos “a partir da abrangência de circulação (categoria local, nacional, internacional) e da qualidade do conteúdo (através dos níveis: A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; e C, com peso zero)” (NASCIMENTO; SALVÁ, 2013, p. 5).

Rosa (2008, p. 108) lembra que existem aqueles que são a favor do sistema de avaliação da CAPES, por acharem que o sistema pode ser um estímulo para a produção, por exemplo, mas que também há aqueles que entendem que o sistema não traz benefícios por corromper “o princípio da livre reflexão”, assim como por pressionar “os pesquisadores a divulgar resultados preliminares de pesquisa” ou até mesmo pesquisas incompletas, para garantirem uma boa avaliação. Para o autor, há também aqueles que preferem

se manter numa condição neutra e busquem avaliar o que o sistema pode ter de erros e acertos. Mas o referido autor corrobora com aqueles que não concordam com o sistema utilizado pela CAPES, pois entende que o sistema fez com que se perdesse “a magia de ser intelectual”, uma vez que os professores agora se equiparam a operários de uma fábrica, que prezam por rapidez e prazo (ROSA, 2008, p. 114).

Foi à mesma conclusão que chegou Alcadipani (2011b, p. 346), apesar de entender que era preciso um modelo de avaliação, uma vez que afirma que a “lógica gerencial nas organizações educacionais está gerando um *habitat* bastante inóspito para o acadêmico de vocação”, que fica à mercê de pressões externas, perde sua liberdade de pensamento e é cobrado por resultados constantes. Portanto, submetidos a mesma lógica do imediatismo capitalista, os professores vocacionais, que mesmo recebendo baixa remuneração tinham o prazer por realizarem seus ofícios, pela liberdade de pensamento, de tempo e de reflexão, se veem subjugados a uma busca constante por resultados (ALCADIPANI, 2011b).

Nascimento e Salvá (2013, p. 3) identificaram que a utilização da avaliação da CAPES gera a “intensificação do trabalho”, “a alienação do trabalho” e o “produtivismo acadêmico”, ao realizarem a revisão da literatura sobre a temática. No entanto, ao analisarem as consequências da adoção do sistema CAPES de avaliação sobre o trabalho dos docentes, concluíram que a pressão para atender aos critérios exigidos por aquela Coordenação e o medo de ter o seu programa desqualificado, extinto ou mal avaliado trazem a competição entre os programas e entre os professores, o que, por conseguinte, prejudica a “saúde física e mental” dos envolvidos. Salvá (2015, p. 37) também identificou que o sistema de avaliação da CAPES trouxe um aumento considerável de trabalho para os docentes, “doenças ocupacionais” e “competitividade”.

Café, Ribeiro e Ponczek (2017, p. 70), ao analisarem o produtivismo acadêmico nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, identificaram que “ainda há um forte predomínio da avaliação punitiva em detrimento da formativa no momento da apreciação do desempenho dos corpos nos programas de pós-

graduação”. Isso, para os autores, se deve ao fato da CAPES, a partir do biênio 1996/1997, ter alterado “o foco de sua avaliação, passando de uma avaliação focada na formação de professores (de cunho mais educativa) para uma avaliação pautada na formação de pesquisadores (de cunho mais punitiva)” (CAFÉ; RIBEIRO; PONCZEK, 2017, p. 77-78).

Percebe-se que há um reconhecimento de que o modelo da CAPES contribuiu para a melhoria das pós-graduação no Brasil (SALVÁ, 2015), assim como era necessário implementar uma espécie de controle, visando estabelecer regras (ALCADIPANI, 2011b), no entanto, também há o reconhecimento de que os critérios estabelecidos nos últimos anos por aquela Coordenação precisam ser mudados, pois estimulam o produtivismo, pautando-se em quantidade, muito mais do que em qualidade (ALCADIPANI, 2011b; ROSA, 2008), além de causar um excesso de competitividade. Isso prova que os programas seguem a lógica de mercado, onde o aluno é o cliente, e o professor é um simples prestador de serviço (ALCADIPANI, 2011b), e todo esse contexto pode ocasionar doenças físicas e mentais para os docentes, pela sobrecarga de trabalho e a pressão por atender às exigências estabelecidas (SALVÁ, 2015; NASCIMENTO; SALVÁ, 2013).

Rocha e Rocha (2004, p. 28) entendem que os dispositivos de avaliação, tal qual ocorrem nos mercados, se respaldam “em critérios de eficiência, de competitividade, de redefinição de categorias como as do público e do privado, implicando a ressignificação da expressão “autonomia universitária” e o investimento na meritocracia” e, por isso, trazem a precarização e fazem com que os docentes adoçam. Contudo, as consequências negativas desse sistema parecem ter atingido os alunos das pós-graduação *stricto sensu*, que já foram identificados com estresse, visto que eles também são cobrados para um maior engajamento e publicações (REZENDE, 2016).

3. O poder e a dominação ideológica na produção do saber científico

Para fins de atingir o objetivo deste ensaio, julga-se necessário apresentar algumas abordagens de poder e dominação do indivíduo nas

organizações. Assim, neste tópico, iremos apresentar as principais ideias de Pagès et al. (1990) e Foucault (1987), que trabalham o poder como o meio de dominação e do exercício do poder sobre as pessoas.

O poder é exercido nos indivíduos pelas organizações através da mediação, na qual é visto o processo em que a empresa estabelece um equilíbrio de forças entre as restrições (coerção) que são exigidas dos indivíduos e as recompensas oferecidas aos mesmos (PAGÈS et al., 1990). Sendo assim, por meio da mediação, a organização transforma a contradição encontrada nas ações das organizações, que ora pune e restringe e ora recompensa, em uma contradição interna ao psicológico dos indivíduos através dos mecanismos de controles sutis, denominado por Pagès et al. (1990) de processo de mediação.

Foucault (1987) aponta que o alvo do poder é o corpo que é passível de se tornar dócil. A docilidade dos corpos é caracterizada pela possibilidade de ser submetido, utilizado e aperfeiçoado, transformando-o num corpo que pode produzir. Segundo Alcadipani (2002), as práticas do poder disciplinar realizam todo este processo de tornar o corpo dócil. Foucault (1987, p.119) destaca que:

Está nascendo uma 'anatomia política', que é também igualmente 'mecânica de poder'; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de econômicos de utilidade) e diminui estas mesmas forças (em termos políticos).

Portanto, a disciplina faz com que o indivíduo seja moldado e transformado para produzir o que e como a classe dominante deseja. O poder disciplinar tem o objetivo de tornar os corpos dóceis e produtivos, e ao mesmo tempo, diminuir a sua 'utilidade' política, tornando o indivíduo obediente (ALCADIPANI, 2002). Esse tipo de poder é sutilmente interiorizado pelos indivíduos em todas as fases da vida, seja no aprendizado em família, nas escolas, na sociedade. Assim, o poder domestica a subjetividade das pessoas, fazendo com que elas sejam úteis para a sociedade e as organizações.

Logo, o poder disciplinar de Foucault tem como objetivo a interiorização e a naturalização desta forma de dominação, indo ao encontro do que Pagès et al. (1990) argumentam sobre a interiorização do conflito por meio das práticas de mediação exercidas pelas organizações.

De acordo com Pagès et al. (1990), nas organizações há o desenvolvimento de um sistema de autonomia controlada, que representa uma dualidade de ações. Ainda de acordo com esses autores, na organização onde realizaram a pesquisa, este dilema pode ser explicado como uma liberdade controlada, uma vez que há regras determinadas por um órgão central que são repassadas para as demais filiais, e estas regras podem ser adaptadas nas filiais de modo a não alterar a sua essência. Contudo, é permitido somente mudanças simples no âmbito da filial, dependendo do seu grau de importância.

Desse modo, o indivíduo se sente mais autônomo, visto que ele imagina a possibilidade de modificar e agir de acordo com seu desejo. Como não há um chefe a quem ele deve obediência, ele se sente na capacidade de modificar algo, porém, não são permitidas a realização de grandes modificações devido ao controle exercido pelo poder da direção central, estabelecido através das regras e normas. Na prática, existem estratégias de controle organizacional que bloqueiam tal liberdade, restando apenas a sensação de autonomia das pessoas.

A liberdade de atuação é controlada pela submissão dos indivíduos às regras com o objetivo de impedir que a autonomia das pessoas modifique a organização. Este tipo de controle é a mediação política, no qual as regras, a cultura, os valores e os padrões de comportamento determinam como os indivíduos devem agir para o seu sucesso e permanência na organização (PAGÈS et al., 1990). Na pesquisa realizada por Pagès et al. (1990), alguns dos entrevistados relacionam o trabalho com um jogo e disseram que trabalhar é como se estivesse jogando um jogo, que tem regras que não mudam. Se está jogando, é porque aceitou tais regras, se não as aceita, não se deve jogar, ou seja, você está fora do jogo, fora da empresa. Então, nesse sentido, o indivíduo tem a liberdade de mudar algo dentro da organização, porém, este poder é determinado e limitado por regras que, se não forem atendidas, farão

com que ele fique fora do sistema.

Conjugados com a mediação política, existem outros meios de mediação e dominação que as organizações exercem sobre seus membros, uma delas é dominação ideológica. De acordo com Pagès et al. (1990), existem características nesta forma de dominação que fazem as pessoas pensarem que organizações são lugares onde se constrói uma nova religião. A organização detém o conjunto de crenças e valores, o compartilhamento da fé entre os membros e a sociedade, as escrituras e ritos e um Deus que é visto como a organização. Trabalhar nessa empresa pode significar a aprovação desta ideologia, que faz com que os indivíduos trabalhem e dediquem todas as suas forças.

Outro ponto abordado pelos autores supracitados é a legitimação e a divulgação desta ideologia pelos trabalhadores, se configurando, assim, no processo de autopersuasão. Destarte, o papel da ideologia da organização não é somente mascarar a exploração econômica e a dominação política do trabalhador, é também o processo de alienação ideológica, um fenômeno de transmissão e interiorização de ideias, que interfere na vida social do indivíduo e em suas relações fora da empresa (PAGÈS et al., 1990).

De acordo com Pagès et al. (1990, p. 96), “a alienação ideológica se apoia na alienação política, econômica e psicológica, elas os aperfeiçoam e os coroam em qualquer situação, elas os consolidam, tocando seus valores e seus objetivos”. A ideologia não é necessariamente implícita, existem práticas exercidas pela gestão de pessoal que as legitima e as coloca em prática. Assim, a gestão de recursos humanos realiza ações de poder que auxiliam nos processos de mediações econômica, política, ideológica e psicológica nas organizações. No âmbito econômico, as práticas administram as vantagens e benefícios cedidos aos membros como contrapartida ao seu trabalho; no âmbito político, as atividades da gerência de RH asseguram que as pessoas sigam as regras e os princípios da organização; no nível ideológico, ocultam-se os objetivos de dominação e lucro por meio da legitimação dos valores organizacionais; no nível psicológico, realiza-se política para afetar o interior e a psique do indivíduo, favorecendo a dominação da organização sobre o

indivíduo (PAGÈS et al., 1990).

Segundo Pagès et al. (1990), além dos laços morais e materiais, os membros estão ligados à organização por laços psicológicos, desta forma, a organização realiza as mediações psicológicas. Ainda de acordo com os autores mencionados, o inconsciente dos indivíduos permite que a organização os molde de tal forma que ele reproduz a organização. Não são ações totalmente refletidas, e sim motivos mais profundos e complexos de serem identificados e entendidos. O domínio do indivíduo encontra-se no inconsciente, por isso, é algo forte, quase indissolúvel, que faz com que o membro realize o trabalho estressante (exigências fortes, controle, ameaças, angústia) com o intuito de obter as vantagens (financeiras, reconhecimento, aceitação, o prazer), sendo esta análise irracional construída na psique do indivíduo.

Assim, pode-se entender como o conflito entre a punição e a recompensa identificada nas ações das organizações é interiorizado pelos indivíduos. Um conjunto de práticas faz com que as organizações alcancem a interiorização do conflito de maneira sutil, quase imperceptível para os envolvidos. Tem-se a impressão de que a organização não é culpada por esta dominação, muito pelo contrário, a organização parece ser bondosa e protetora.

Mostrou-se anteriormente as práticas de mediação determinado por Pagès et al. (1990) para que a dominação do indivíduo seja realizada sutilmente. Essas práticas são perceptíveis também nos instrumentos que Foucault (1987) afirma serem importantes para o sucesso do poder disciplinar. Elas não são iguais, visto que o objeto do primeiro é a psique do indivíduo e o do segundo é a subjetividade dos corpos. Porém, podem-se identificar semelhanças entre as práticas e os instrumentos. Segundo Alcadipani (2002), o poder disciplinar é alcançado pelo uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação no processo de exame.

As instituições disciplinares formam mecanismos de controle em que todos os integrantes têm a impressão de estar sendo vigiados. As divisões analíticas realizadas na sociedade e organizações configuram um aparelho de observação, registro e treinamento em torno das pessoas (FOUCAULT, 1987).

A vigilância é um decisivo operador econômico, onde o poder de uma teia de olhares exercido em todos os ângulos e todos os lados é aplicado em todos os envolvidos, tanto nos que exercem poder quanto naqueles em que o poder é exercido (FOUCAULT, 1987).

Além da vigilância, existe a sanção normalizadora que auxilia no sucesso do poder disciplinar. Esse é caracterizado pelas normas e mecanismo penal, com suas próprias leis, suas próprias formas de punir (FOUCAULT, 1987). Neste sentido, Alcadipani (2002) afirma ser um sistema de gratificação-sanção, em que há a punição quando ocorrem infrações, corrigindo-as no momento em que acontecem, e há recompensas para as atitudes consideradas desejadas. A qualificação do que é permitido ou não, o que é desejável ou indesejável, é disseminada entre os indivíduos, proporcionando o aprendizado e a disciplina.

O exame associa que as práticas da hierarquia, que vigia, e as sanções normalizadoras, configuram-se como um controle normatizado, “uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade por meio do qual eles são diferenciados entre os demais e sancionados de acordo, com seu aprendizado” (ALCADIPANI, 2002, p. 87). É por meio do exame que o indivíduo é tido como objeto passível de ser mensurado, descrito e comparado com os outros.

Essas abordagens servirão de base para a análise da relação existente entre a regulação da pós-graduação *stricto sensu* com o exercício de poder e a dominação ideológica na academia.

4. A regulação, o exercício de poder e a dominação ideológica na academia

O sistema de autonomia controlada pode ser identificado no processo de avaliação de publicações em periódicos. Os pesquisadores têm a liberdade de pesquisar o que desejam e escreverem o que identificam como a estrutura ideal para expor o fenômeno encontrado. Porém, o que é aceito para publicações em periódicos é algo deliberado por regras que não são explícitas.

Existe uma cultura dominante de aceitar publicações que estejam estruturadas de uma determinada forma, que tratam temas específicos e que não fujam de um padrão legitimado. Isso pode ser visto como um meio de determinar e dominar o que é aceito no meio acadêmico e o que é produzido pelos pesquisadores, de tal forma que é inserido na cultura dos envolventes, fazendo com que estes deixem suas ideias originais e inovadoras para se inserirem no sistema. Portanto, naturalizam essas imposições. Esse é um exemplo do que Pagès et al. (1990) chamam de mediação política.

Para Dias Sobrinho (2003), toda avaliação tem uma forte significação política e um importante aspecto ético, não sendo apenas técnica. Para o autor, a avaliação sempre se realiza em um espaço social regido por valores e disputas de poder. Ainda segundo o autor, uma instituição universitária se distingue das demais por sua autonomia, no entanto, precisa ser referendada e reconhecida externamente. Para que esse reconhecimento seja alcançado nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, é necessário obter uma boa avaliação, a qual no nosso país é restrita a Avaliação da CAPES.

Percebe-se, então, que alguns pesquisadores vêm discutindo sobre o controle e dominação que esses mecanismos de avaliação exercem (e.g. GATTI, 2001; AXT, 2004; SCHMIDT, 2011; PIMENTA, 2014). Para Matos (2012, p. 566), a inserção da lógica do produtivismo na academia trouxe consequências marcantes “em nível individual, como a confusão entre carreira e currículo (vítima da chamada ‘obesidade curricular’) e a absorção pessoal desmesurada (‘produzir é preciso, viver, se sobrar tempo’)”.

Em entrevista realizada pela GV pesquisa - um grupo-membro da Fundação Getúlio Vargas, que tem o papel de apoiar e fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica e aplicada na instituição -, durante o I Colóquio Internacional em Estudos Organizacionais, Gaulejac (2013) aborda sobre o sofrimento nas organizações e aponta que os pesquisadores no campo também sofrem com a nova política de avaliação sobre a pesquisa. Os indivíduos são cobrados por produção de artigos com o objetivo de acumular pontos, perdendo a essência de sua profissão, pois, nesta lógica, o intercâmbio de conhecimento não é valorizado, mas sim publicações e pontuações. Nessa

entrevista, Gaulejac (2013) também afirma que é possível identificar pesquisadores que desenvolveram depressão, devido ao grande esforço e dedicação ao trabalho para publicar mais e mais, para alcançar a excelência. Como o autor diz, a excelência é “*well above expectation or clearly outstanding*”, e para tanto, existe uma pressão intensa e permanente para alcançá-la. Portanto, caso ocorra o fracasso, o ego externo não atende suas próprias expectativas. Ao invés de criticar o sistema, o indivíduo admite que a culpa pelo insucesso é totalmente sua. Desse modo, ocorre o que Gaulejac (2013) denomina de internalização dos conflitos sociais ligados às novas práticas de ‘management’.

É possível aproximar esse fenômeno produtivista, inserido na academia pela agência avaliadora do sistema (CAPES), com o conceito de mediação desenvolvido por Pagès et al. (1990). Os autores expõem que o poder é exercido nos indivíduos pelas organizações através da mediação, a qual é vista como o processo em que a organização estabelece um equilíbrio de forças entre as restrições (coerção) que são exigidas aos indivíduos e as recompensas oferecidas aos mesmos.

Nesse sentido, o que se observa na academia são os sistemas de avaliação que demandam produções de artigos em quantidade e publicações em revistas de excelência, em detrimento do reconhecimento e prestígio no campo. Em algumas universidades particulares, eles oferecem recompensas financeiras para estimular ainda mais que esse caminho seja percorrido. Percebe-se, então, o equilíbrio entre restrições e recompensas, cerne da mediação exposta por Pagès et al. (1990).

Pode-se também analisar tal fenômeno sob a ótica do poder disciplinar, desenvolvido por Foucault (1987), como o poder que tem o objetivo de tornar os corpos dóceis e produtivos, e ao mesmo tempo, diminuir a sua ‘utilidade’ política, tornando o indivíduo obediente. Na academia, os pesquisadores são cobrados sobre a produção científica de artigos para que sua avaliação individual e a avaliação do programa sejam excelentes. Ou seja, essa pressão por produção visa o acúmulo de pontos. Nesse contexto, o poder disciplinar é exercido com o intuito de fomentar “corpos produtivos”, além de diminuir a

“utilidade” política do indivíduo, pois muitos pesquisadores passam a se culpar pelos fracassos, não promovendo uma reflexão sobre o sistema vigente.

Por fim, evidenciados os processos de internalização dos conflitos sociais que os professores/pesquisadores desenvolveram, parece ser possível afirmar que a dominação ideológica discutida por Pagès et al. (1990) é exercida no campo acadêmico, pois, para atingir os objetivos de excelência propostos pela avaliação da CAPES e obter o reconhecimento e legitimação dos pares, é necessário se submeter à regulação e passar a persegui-la. Para Pagès et al. (1990), a essência da ideologia é reforçar a dominação e aumentar a exploração. De acordo com os autores, a dominação ideológica busca a adesão do funcionário ao sistema de valores e crenças impostos pela organização e “ela é enraizada na vida do indivíduo, é o sistema que simboliza o conjunto de relações sociais” (PAGÈS et al., 1990, p. 96).

Em sua entrevista, Gaulejac (2013) menciona que, para produzir nas quantidades exigidas e no tempo estabelecido para a pontuação em determinado período, o pesquisador se afasta do convívio com os outros, para se atingir a excelência. Essa prática é denominada pelo autor de paradoxo da excelência: “quanto mais uma pessoa se esforça para ser excelente, mais ela se distancia dos outros, correndo o risco de desenvolver uma depressão” (GAULEJAC, 2013, s/p). Em consonância com Gaulejac, Matos (2012) menciona que o pesquisador já não consegue mais distinguir a carreira da vida pessoal, na qual a produção se torna essencial e principal, enquanto a vida pessoal é absorvida e deixada para segundo plano.

5. Considerações finais

O estudo teve como objetivo refletir sobre a atual regulação avaliativa da pós-graduação *stricto sensu* sob a ótica do poder disciplinar de Foucault (1987) e a dominação ideológica de Pagès et al. (1990), sobretudo diante das mudanças que ocorreram nas últimas décadas na forma do processo de avaliação destes programas. Dessa maneira, parece possível perceber a aproximação das teorias trazidas pelos respectivos autores.

Nesse aspecto, por meio de análises dos estudos de outros autores sobre a temática, parece ser possível afirmar que, atualmente, a lógica produtivista inserida pela regulação, por meio do sistema de avaliação dos programas de mestrado e doutorado, exerce um poder disciplinar e uma dominação ideológica sobre os professores/pesquisadores, assim como é possível notar a presença da mediação no campo. O processo de mediação explicitado por Pagès et al. (1990) pode ser percebido na cobrança por pontuações e produções dentro das regras estipuladas, destacando-se o caráter de restrição (coerção), mas, ao mesmo tempo, o alcance destas expectativas avaliativas gera um resultado satisfatório e traz benefícios ao programa.

Desse modo, através das análises evidenciadas, nota-se que o modelo de regulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* inseriu na academia uma grande preocupação com a produção científica. Tal preocupação assemelha-se à lógica industrial, e por meio desses mecanismos, exerce sobre os professores/pesquisadores o poder disciplinar, como discutido por Foucault (1987) e a dominação ideológica, como evidenciada por Pagès et al. (1990).

Pesquisas futuras poderiam se dedicar a analisar programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, para verificar quais as consequências na prática desse sistema implementado pela CAPES, não somente para os docentes, mas também para os alunos destes programas, uma vez que também eles são identificados como submetidos a esta lógica. De certo, alguns estudos já se dedicaram a percorrer esse caminho, como os citados nesta pesquisa, no entanto, entendemos que somente com a ampliação de pesquisas neste contexto de identificar as consequências geradas por esse processo, será possível levantar questões sobre a viabilidade e necessidade de instrumentos tão penosos para os envolvidos. Vale lembrar que muitas consequências não são percebidas ou identificadas de imediato, como aquelas relacionadas ao adoecimento. Um outro ponto que é importante ser analisado refere-se aos benefícios que os instrumentos de avaliação trouxeram para o desenvolvimento e fortalecimento dos programas, uma vez que a maioria dos estudos sobre o tema identificam aspectos que causam desconforto e inconveniências principalmente aos docentes.

Referências

ALCADIPANI, Rafael. *Michel Foucault, poder e análise nas organizações*. EAESP/FGV, São Paulo, 2002.

_____. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n.4, p. 174-178, 2011.

_____. Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, v. 18, n. 57, 2011b.

AXT, Margarete. O Pesquisador Frente À Avaliação Na Pós-Graduação: Em Pauta Novos Modos De Subjetivação. *Psicologia & Sociedade*; 16 (1): p. 69-85; Número Especial 2004.

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão; RIBEIRO, Núbia Moura; PONCZEK, Roberto Leon. A fabricação dos corpos doces na pós-graduação brasileira: em cena o produtivismo acadêmico. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 22, n. 49, p. 75-88, 2017.

CAMPOS, José Nilson Beserra. Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. *RBPB*, Brasília, v. 7, n. 14, p. 477 - 503, dezembro de 2010.

CAPES. *Sobre avaliação e cursos*. 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CAPES. *História e missão*. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CUNHA, Maria Isabel. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro – Brasil, v. 11, n. 32, p. 258, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior Regulação e emancipação. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Qualis periódicos: indicador da política científica no Brasil? *Estudos de Sociologia*, v. 19, n. 37, 2015.

GATTI, Bernardete Angelina. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, 2001

GAULEJAC, Vincent de. *A doença do management*. 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=P7B0Y15gS1E>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

GODOI, Christiane Kleinübing; XAVIER, Wlamir Gonçalves. O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012.

MATOS, Pedro Lincoln CL. Pés de barro do texto “produtivista” na academia. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 5, p. 566-573, 2012.

NASCIMENTO, Rejane Prevot; SALVÁ, Maria Nair Rodrigues. A política de avaliação da pós-graduação Stricto-Sensu e o Trabalho Docente: Rumo ao “Produtivismo Acadêmico. *Artigo apresentado no IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, 2013.

PAGÈS, Max et al. *Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1990.

PIMENTA, Alessandra Giuliani. *(Des)caminhos da pós-graduação brasileira: O produtivismo acadêmico e seus efeitos nos professores pesquisadores*. 2014. 324 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

PORTARIA nº 59/2017 – CAPES. *Regulamento para Avaliação Quadrienal 2017 (2013-2016)*. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

REZENDE, Marise Santana de. *Stress e desempenho acadêmico na pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis no Brasil*. 2016. 145 f. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

ROCHA, Marisa Lopes da; ROCHA, Décio. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, Scielo, número especial, v. 16, n. 1, p. 1336, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v16n1/v16n1a03.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ROSA, Alexandre Reis. "Nós e os índices": um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, v. 48, n. 4, p. 108-114, 2008.

SALVÁ, Maria Nair Rodrigues. Reflexos da Avaliação Capes no Trabalho Docente de Pós-Graduação Stricto-sensu no Campo da Saúde Coletiva. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 4, n. 7, p. 114-137, 2015.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. *Psicologia USP*, São Paulo, 2011, 22(2), p. 315-334.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação”: É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, v. 24, n. 1, p. 49-88, 2006.